



CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA AOFA EM 23-01-2014

UMA REFLEXÃO

(Almirante José Manuel Castanho Paes, Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AOFA)

AOFA



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

Os motivos desta conferência de imprensa estão claramente expressos na declaração divulgada pela Direcção da AOFA, parecendo-me contudo oportuno apresentar a seguinte reflexão em reforço da informação e posições nela assumidas.

O violento agravamento das condições de vida dos militares, que vem decorrendo desde 2011, tem origem em três componentes distintas, cujos efeitos se somam:

(1) A que resulta dos progressivos programas de austeridade que têm atingido a generalidade dos cidadãos pelo brutal aumento de impostos (com especial destaque para o IRS) e pelos violentos cortes nas pensões dos aposentados e reformados (sobretudo dos que têm extensas carreiras contributivas e estão acima de patamares mínimos de subsistência);

(2) A que resulta dos programas de austeridade especificamente dirigidos aos funcionários públicos, classificação profissional onde os militares têm vindo a ser abusivamente incluídos com lamentável desprezo pela sua condição própria, reconhecida e definida nos termos de lei da AR aprovada por unanimidade. Daqui resultaram para os militares medidas de austeridade perfeitamente equivalentes às que foram aplicadas à generalidade dos funcionários públicos, como consta da declaração apresentada.

(3) E, por fim, a que resulta dos programas de austeridade especificamente destinados às Forças Armadas e que abrangem um conjunto alargado de medidas restritivas, não só de natureza puramente financeira (cortes) com reflexos muito negativos nas áreas do pessoal, do material e das operações, mas também de natureza organizacional e funcional que acrescentam ainda mais uma carga adicional de dificuldades, com consequências altamente nefastas quer na motivação do pessoal, quer no próprio produto operacional das Forças Armadas tanto no curto como no médio e longo prazos. Concretamente na área do pessoal (área que estatutariamente mais respeita ao âmbito da nossa associação) as referidas restrições e dificuldades estão perfeitamente elencadas e descritas na declaração apresentada.

Há, portanto, fortes razões para os militares, tal como muitos outros cidadãos da sociedade civil, afirmarem que estão fartos de ser maltratados, sobretudo por terem a noção de que os sacrifícios que lhes estão a ser exigidos são injustos, iníquos e desproporcionados relativamente a outros sectores da actividade pública e privada cujos graus de responsabilidade social, exigência, penosidade e risco no exercício das respectivas funções não se reconhecem como sendo superiores, por vezes bem antes pelo contrário, e cujos esforços de participação para a desejável recuperação do País têm sido incomparavelmente inferiores ou até mesmo inexistentes. A satisfação pelo dever cumprido não pode continuar a ser a única compensação pelo alto espírito de missão, total disponibilidade para o serviço, mobilidade incondicional, riscos que podem no extremo chegar ao sacrifício da própria vida e demais agruras inerentes aos desempenhos profissionais dos militares.

Os militares têm de se sentir motivados para que o brio profissional e a disciplina (espinha dorsal da instituição militar) constituam efectivamente valores que norteiem os seus desempenhos no cumprimento das missões.

E a motivação tem desde logo de assentar na percepção de que é devidamente respeitado e reconhecido o insubstituível papel das Forças Armadas na sociedade que dedicadamente procuram servir, ou seja, o reconhecimento da importância das suas missões, tanto na defesa de valores sagrados para qualquer nação que se preze de o ser, como pelos seus relevantes e inestimáveis contributos para o serviço público em tempo de paz.

As Forças Armadas nunca são vistas como um fardo descartável em qualquer nação digna desse

nome e que verdadeiramente respeite a sua identidade própria e os valores da soberania e independência nacionais.

O dever de obediência e o respeito pelas hierarquias instituídas não pode ser eternamente invocado e explorado para que, impavidamente, os militares assistam ao progressivo desmantelamento das Forças Armadas e à sua própria exploração de forma inaceitavelmente prepotente e ilegítima.

A paciência tem limites e estes, no que aos militares respeita, já estão há muito a ser ultrapassados!

José Manuel Castanho Paes
Almirante